

DESEMPENHO DE ALUNOS DE OITAVO ANO NA PROVA BRASIL

Fábio Luiz da Silva¹
Helenara Regina Sampaio²

Resumo: A Prova Brasil faz parte dos sistemas de avaliação externa, cada vez mais comuns em nosso país. Por isso, apesar das importantes críticas que se faz a testes como esses, a Prova Brasil deve ser percebida como importante fonte de informações. Este pressuposto justifica o objetivo desta pesquisa, isto é, identificar o grau de domínio das competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática em turmas de oitavo ano de uma escola pública. Por meio da aplicação de um simulado da Prova Brasil, foi possível identificar as competências e habilidades nas quais os alunos apresentaram mais dificuldade ou mais facilidade. Esses resultados apresentam-se em consonância com outros estudos semelhantes. A partir do que foi observado pretende-se estimular novos trabalhos sobre esse tema.

Palavras-chave: Prova Brasil. Matemática. Língua Portuguesa.

THE EIGHTH GRADE'S STUDENT PERFORMANCE IN THE PROVA BRASIL

Abstract: The Prova Brasil is part of the external examination system, increasingly more common in our country. For this reason, despite of the important criticism made to tests like these, the Prova Brasil must be perceived as an important source of information. This assumption justifies the objective of this research, that is to identify what level of skills and abilities were present in the eighth year of a public school. Through the application of a mock test Prova Brasil, it was possible to identify the skills and abilities that presented most difficulties or facility to students. These results come in consonance with other similar studies. Based on what has been observed, it is our intention to stimulate further work on this issue.

Keywords: Prova Brasil; Mathematics; Portuguese language.

1 Doutor em História - Docente do Programa de Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias da Unopar - E-mail: fls.londrina@yahoo.com.br

2 Doutora em Matemática - Docente da Unopar - E-mail: helenara.sampaio@yahoo.com.br

Introdução

O campo educacional, no Brasil, começou a conhecer a realidade das avaliações externas a partir da década de 1990. Por essa época, a Unesco realizou a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Como produto desse evento, surgiu um rol de iniciativas que deveriam ser prioridades para as políticas educacionais em diversos países, principalmente naqueles que mantinham óbvias deficiências no campo da educação. Entre os princípios apresentados naquele momento estavam a universalização do acesso à escola, a promoção da equidade nos sistemas educacionais, a ampliação da educação básica, a criação de ambientes propícios à aprendizagem e a maior dedicação à dimensão da aprendizagem do processo educativo (UNESCO, 1990).

Libâneo (2009) e Pinto (2013) entendem que o crescimento da prática da avaliação externa é consequência das mudanças na dinâmica do capital internacional em virtude da intensificação da globalização e da competição em nível mundial. Em outras palavras, a preocupação com a educação manifestada pela Unesco seria a expressão do ideário neoliberal no campo educacional. Outra crítica que se faz às avaliações externas diz respeito àquilo que é feito com os resultados, muitas vezes limitados à construção de *rankings*. Para Biesta (2012), por exemplo, “[...] os dados usados para elaborar tais *rankings* são empregados para identificar as ditas ‘escolas malsucedidas’ e, em alguns casos, os ‘professores malsucedidos’ nas escolas” (2012, p. 810). Nessa mesma linha são as observações feitas por Bonamino e Sousa (2012), que alertam para o perigo das avaliações externas tornarem-se motivo para um estreitamento do currículo, caso as escolas optem por guiar-se exclusivamente pela preparação para os testes. Apesar dessas pertinentes críticas, é preciso reconhecer que essas avaliações continuam a ocorrer e, diante dessa realidade, é preciso indicar como as escolas e os professores podem utilizar os resultados em benefício de quem deve ser o centro das preocupações do sistema educacional: os alunos. Para Bonamino e Sousa (2012), esse é o potencial das avaliações externas, pois ela poderia tornar mais claro o “[...] que esses alunos deveriam ter aprendido ao final de cada ciclo nessas duas áreas do saber escolar” (p. 387).

Assim, qualquer estudo sobre fenômenos que ocorrem dentro da escola deve partir do pressuposto de que a escola tem algum efeito sobre o nível de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, diversas pesquisas têm demonstrado que fatores sociais e familiares determinam, pelo menos em parte, o sucesso ou o fracasso escolar. Albernaz, Ferreira e Franco (2002), Franco et al. (2007), Gremaud, Felício e Biondi (2007) e Andrade e Soares (2008) demonstraram, no entanto, que a escola tem grande responsabilidade sobre o desempenho dos alunos. É possível reconhecer, inclusive, que existem escolas com altos índices de impacto na melhoria da aprendizagem dos alunos, mas que têm baixa pontuação na Prova Brasil. Internacionalmente, Wright, Horn e Sanders (1997), estudando mais de 100 mil alunos, concluíram que “[...] o fator mais importante que afeta o aprendizado do aluno é o professor [...]” (WRIGHT; HORN; SANDERS, 1997, p. 63). Em razão disso, podemos afirmar que a melhora na educação escolar depende, entre

outros fatores, da melhora do ensino. Por isso podemos afirmar que “[...] a avaliação externa se constitui de fundamental importância para o planejamento do ensino quando articulada à avaliação institucional ou à autoavaliação das escolas, e com a avaliação em sala de aula” (PINTO, 2013, p. 12).

Por outro lado, temos consciência de que qualidade em educação não deve ser reduzida a graus de desempenho em leitura e/ou resolução de problemas, critérios utilizados nas avaliações sistêmicas brasileiras, como a Prova Brasil. Mesmo assim, entendemos que esses temas e suas práticas correspondentes estão presentes no cotidiano escolar e que devem ser levados em consideração em qualquer reflexão sobre o aperfeiçoamento da educação. Podemos afirmar, acompanhando a posição de Alvarse, Bravo e Machado (2013), que as habilidades de leitura e de resolução de problemas constituem-se em fundamento de todas as demais habilidades e de todos os conteúdos presentes no processo de escolarização.

Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo identificar o grau de domínio das competências e habilidades nas duas disciplinas presentes na Prova Brasil por turmas de oitavo ano de uma escola pública. Considerando que esses alunos estavam em uma série anterior àquela na qual a Prova Brasil é aplicada (nono ano), os resultados desta pesquisa podem orientar a escola e os professores em seus planejamentos e ações pedagógicas, pois os dados coletados revelam o grau de assimilação das competências e habilidades previstas para a série seguinte.

A Prova Brasil

No final da década de 1960, foi criada a Avaliação Nacional do Progresso Educacional (Naep), que deveria avaliar o desempenho do sistema educacional dos Estados Unidos. Os resultados obtidos passaram a ser considerados representativos e utilizados como importante fonte de informações sobre a educação estadunidense. Sistema semelhante foi implantado no Brasil no início da década de 80, quando surgiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que ainda é a principal fonte de informações sobre a educação básica brasileira.

O Saeb tem como finalidade subsidiar os gestores dos sistemas de educação no Brasil por meio de informações fornecidas pela aplicação de testes padronizados e questionários socioculturais aplicados aos estudantes. A partir de meados da década de 1990, utilizando-se a Teoria de Resposta ao Item (TRI), é possível realizar comparações dos resultados obtidos em diferentes rodadas de avaliação. Os testes a que são submetidos os alunos constituem a Prova Brasil, uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas, que foi instituída pela Portaria n. 69, de 4 de maio de 2005, e que, a partir de 2007, é utilizada para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 18). O Ideb é um índice que varia de 0 a 10 e é compreendido como um meio de aferir a qualidade da educação brasileira. Por

isso, o Ministério da Educação (MEC) propõe metas para serem alcançadas pelas escolas baseadas nesse índice.

O Ideb é o resultado da composição da pontuação obtida na Prova Brasil com as taxas de aprovação. Assim, as escolas com melhor resultado serão aquelas com maior nota na Prova Brasil e com menor taxa de reprovação. A partir dos resultados obtidos e expressos pelo Ideb, o governo federal determina metas para cada rede de ensino e para cada escola. Pretende-se que todas as escolas brasileiras atinjam seis pontos na avaliação que ocorrerá em 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil.

Os resultados da edição de 2013 da Prova Brasil podem ser encontrados na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A média brasileira em Língua Portuguesa foi 237,77 pontos e em Matemática foi 242,34 pontos. No estado do Paraná os resultados foram 242,99 e 249,38, respectivamente. No município de Londrina, os alunos obtiveram as seguintes notas: 240,31 em Língua Portuguesa e 247,49 em Matemática. A escola pesquisada apresentou os seguintes resultados: em Língua Portuguesa, 268,27 e, em Matemática, 271,70. A Prova Brasil é realizada pelos alunos que estão nos quintos e nonos anos. As suas edições ocorrem a cada dois anos, sempre nos anos ímpares.

As questões de Língua Portuguesa valorizam a leitura e correspondem aos 21 descritores escolhidos para mensurar as competências e habilidades nessa disciplina. No caso da prova aplicada aos nonos anos, esses descritores agrupam-se nos temas: Variação Linguística, Relações entre Recursos Expressivos e Efeitos de Sentido, Coerência e Coesão no Processamento do Texto, Relação entre Textos, Procedimentos de Leitura e Implicações do Suporte, do Gênero e/ou do Enunciador na Compreensão do Texto.

As questões de Matemática valorizam a resolução de problemas e correspondem aos 37 descritores escolhidos para mensurar as competências e habilidades que se deseja avaliar nos alunos. No caso da prova aplicada aos nonos anos, esses descritores agrupam-se em temas: Tratamento da Informação, Números e operações/Álgebra e Funções, Grandezas e Medidas e Espaço e Forma, e em cada tema há um conjunto de descritores ligados às competências desenvolvidas. Ribeiro e Brandalise (2010), no entanto, fazem uma ressalva quando afirmam que “[...] a maioria das questões apresenta-se como exercício a ser resolvido, e não como problemas contextualizados (RIBEIRO; BRANDALISE, 2010, p. 331).

Os elaboradores da Prova Brasil definem descritor como “[...] uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelos alunos que traduzem certas competências e habilidades” (BRASIL, 2011). Pressupõe-se que tais descritores correspondam às competências e habilidades necessárias, segundo os documentos oficiais, para uma eficiente compreensão da sociedade e do mundo. Define-se competência como sendo as estruturas mentais construídas pelas operações utilizadas para estabelecer relações entre objetos, conceitos, situações, fenômenos e pessoas. E habilidade corresponde ao saber fazer, ou seja, é a mobilização das competências já adquiridas para a resolução de determinado

problema prático. Em outras palavras, as habilidades decorrem das competências (BRASIL, 2011).

Segundo o documento “SAEB 2001: Novas Perspectivas” (BRASIL, 2002), define-se competência, na perspectiva de Perrenoud (1999, p. 7), “como sendo a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apropriando-se em conhecimentos, mas sem limitar a eles”, enquanto as habilidades se referem, especificamente, ao plano objetivo e prático do saber fazer e decorrem diretamente das competências já adquiridas e que se transformam em habilidades.

Araújo (2012) afirma, mesmo considerando algumas limitações dessa metodologia, que a Prova Brasil pode fornecer relevantes informações “[...] sobre o desempenho dos alunos, sobre o trabalho dos professores, sobre o funcionamento da escola e sobre as condições de trabalho” (ARAÚJO, 2012, p. 6), caso não sejam interpretadas de forma reducionista. Essa é a perspectiva adotada nesta pesquisa, pois defende o uso das informações fornecidas pela Prova Brasil como subsídio para ações pedagógicas mais eficientes. Nesse sentido, devem-se evitar duas posturas que reduziriam a importância dessa avaliação externa. A primeira seria aquela que estivesse preocupada apenas com o aspecto competitivo do processo; aquele gerado pelos *rankings* criticados por Biesta (2012). A segunda transformaria os descritores no currículo a ser aplicado aos alunos. Por isso, objetivou-se verificar quais as competências e habilidades precisariam de mais atenção por parte da escola e dos professores.

Metodologia

Quanto à abordagem, esta pesquisa teve um caráter quantitativo, pois se baseou na interpretação de dados numéricos, obtidos por meio da aplicação de dois instrumentos de pesquisa – um para cada disciplina. Em relação à natureza da pesquisa, ela teve características de pesquisa aplicada, pois pretendeu “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática [...]” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). O objetivo da pesquisa foi exploratório e descritivo, uma vez que foi um estudo de caso que, por meio da descrição de determinada realidade, pretendia contribuir para a compreensão do fenômeno estudado. Do ponto de vista dos procedimentos, este trabalho teve caráter de pesquisa de campo.

Os instrumentos de pesquisa constituíram-se em duas provas: a de Língua Portuguesa, com 21 questões, e a de Matemática, com 37 questões. Portanto, uma questão para cada descritor existente. Grande parte das questões que compuseram as provas foram retiradas do simulado que o Inep disponibiliza. Para aqueles descritores não contemplados pelo simulado, utilizaram-se questões oferecidas por provas pertencentes a outros sistemas de avaliação externa e que usam o mesmo modelo teórico da Prova Brasil.

Os alunos participantes frequentavam uma escola pública do município de Londrina-PR, que está localizada na região central da cidade e oferece ensino fundamental e médio. Responderam às provas 144 alunos dos oitavos anos. A pesquisa contou com a autorização da escola, cuja direção recebeu uma cópia do

projeto. Todos os alunos receberam esclarecimentos a respeito dos objetivos da pesquisa, mas participaram apenas aqueles cujos responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os alunos tiveram 90 minutos para a resolução das questões da prova.

Análise dos resultados

No caso da disciplina de Língua Portuguesa, a média de acertos foi 10,1 (DP=3,2), o que corresponde a 48,1% das questões. Em Matemática, a média de acertos foi 13,1 (DP=4,6), o que corresponde a 35,4% das questões. Os resultados em ambas as disciplinas foram muito próximo àqueles revelados pelo governo em 2011 (INEP, 2011), Tabela 1.

Tabela 1 – Acertos da escola comparados com os da Prova Brasil/2011

Língua Portuguesa		Matemática	
Escola	Brasil	Escola	Brasil
48 %	53%	35%	37%

Fonte: dados da pesquisa e INEP (2011).

Um resumo dos resultados em Língua Portuguesa é apresentado no Quadro 1. Os alunos da escola pesquisada obtiveram mais acertos que a média nacional em nove dos 21 descritores, em um descritor o resultado foi idêntico e em apenas três os alunos apresentaram resultado muito inferior à média nacional. São os seguintes descritores: estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la (D8)³; reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido (D20); reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema (D21). O primeiro descritor faz parte do tema IV: coerência e coesão no processamento do texto. E os últimos correspondem aos dois únicos descritores do tema III: relação entre textos.

3 Esses códigos correspondem à identificação dos descritores conforme os documentos apresentados pelo Inep.

Quadro 1 – Resumo dos resultados da escola: comparativo com a Prova Brasil/2011 – Língua Portuguesa

<p>Descritores nos quais os alunos obtiveram resultado acima da média nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Localizar informações explícitas em um texto. (D1) - Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto. (D2) - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão. (D3) - Inferir uma informação implícita em um texto. (D4) - Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc.). (D5) - Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto. (D9) - Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa. (D10) - Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato. (D14) - Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc. (D15)
<p>Descritores nos quais os alunos obtiveram resultado igual à média nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações. (D17)
<p>Descritores nos quais os alunos obtiveram resultados abaixo da média nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o tema de um texto. (D6) - Identificar a tese de um texto. (D7) - Estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto. (D11) - Reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfosintáticos. (D19) - Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros. (D12) - Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto. (D13) - Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados. (D16) - Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão. (D18) - Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la. (D8) - Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido. (D20) - Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema. (D21)

Fonte: dados da pesquisa (2015).

No Quadro 2 é apresentado um resumo dos resultados obtidos na prova de Matemática, na qual os alunos investigados obtiveram um índice maior de acertos do que a prova nacional em 13 questões. Nesse caso, houve um número maior de descritores cujas questões geraram um resultado muito inferior entre os alunos pesquisados. São os seguintes descritores: reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não-retos (D6); resolver problema

utilizando a propriedade dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares) (D8); identificar a localização de números inteiros na reta numérica (D16); identificar a localização de números racionais na reta numérica (D17); resolver problema com números racionais que envolvam as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação) (D26); resolver problema que envolva porcentagem (D28); calcular o valor numérico de uma expressão algébrica (D30); resolver problema que envolva equação de segundo grau (D31); identificar uma equação ou uma inequação de primeiro grau que expressa um problema (D33); identificar a relação entre as representações algébrica e geométrica de um sistema de equações de primeiro grau (D35). Os dois primeiros descritores, D6 e D8, fazem parte do tema I: Espaço e Forma. Os demais pertencem ao tema III: Números e operações/álgebra e funções.

Quadro 2 - Resumo dos resultados da escola: comparativo com a Prova Brasil/2011 – Matemática

<p>Descritores nos quais os alunos obtiveram resultado acima da média nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas. (D1) - Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais e tridimensionais, relacionando-as com suas planificações. (D2) - Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas. (D5) - Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações. (D11) - Resolver problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras. (D12) - Resolver problema envolvendo relações entre diferentes unidades de medida. (D15) - Resolver problema com números naturais envolvendo diferentes significados das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). (D19) - Resolver problema com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). (D20) - Reconhecer as diferentes representações de um número racional. (D21) - Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados. (D21) - Identificar frações equivalentes. (D22) - Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais. (D27) - Resolver problema que envolva variações proporcionais, diretas ou inversas entre grandezas. (D29) - Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos. (D36)
--	---

<p>Descritores nos quais os alunos obtiveram resultados abaixo da média nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos (D3) - Identificar relação entre quadriláteros, por meio de suas propriedades. (D4) - Reconhecer que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotética são semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram. (D7) - Resolver problema utilizando a propriedade dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares). (D8) - Interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas. (D9) - Utilizar relações métricas do triângulo retângulo para resolver problemas significativos. (D10) - Resolver problema envolvendo o cálculo de área de figuras planas. (D13) - Resolver problema envolvendo noções de volume. (D14) - Identificar a localização de números inteiros na reta numérica. (D16) - Identificar a localização de números racionais na reta numérica. (D17) - Efetuar cálculos com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). (D18) - Reconhecer as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal, identificando a existência de “ordens” como décimos, centésimos e milésimos (D24) - Efetuar cálculos que envolvam operações com números racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). (D25) - Resolver problema com números racionais que envolvam as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). (D26) - Resolver problema que envolva porcentagem. (D28) - Calcular o valor numérico de uma expressão algébrica. (D30) - Resolver problema que envolva equação de segundo grau. (D31)
--	---

Fonte: dados da pesquisa (2015).

A primeira consideração que podemos fazer diz respeito ao número de descritores que apresentaram muita diferença em relação aos resultados nacionais, sendo apenas três em Língua Portuguesa (14%) e dez em Matemática (27%). Uma razão provável de os alunos apresentarem mais dificuldade em Matemática é a dependência que essa disciplina tem dos conteúdos propriamente ditos. Por exemplo: o descritor “reconhecer diferentes formas de tratar uma informação” exige mais uma determinada competência do que o descritor “identificar a relação entre as representações algébrica e geométrica”, que exige a apresentação desses conteúdos aos alunos pelo professor. Considerado que os alunos ainda teriam mais de um ano letivo antes do teste, seria compreensível essa dificuldade em muitos conteúdos.

Outro aspecto observado é a dificuldade dos alunos em compreender a relação entre textos. Os dois descritores associados a esse tema fazem referência às competências e habilidades necessárias para que o aluno possa tornar-se um

leitor competente, que é “[...] aquele que entende o que lê, não apenas decodifica, lê o que está implícito, sabe que o texto estabelece relações intertextuais e pode ter vários sentidos” (SOARES; ALBUQUERQUE, 2013, p. 60). Tal dificuldade tem consequências graves, pois pressupõe-se que ser um leitor competente é fundamento para o exercício efetivo da cidadania, pois o mundo está repleto de textos com posições semelhantes ou divergentes. Estar apto a compreender todos esses textos é o que se espera dos alunos ao final da educação básica. No entanto, não é isso o que ocorre geralmente. Para Teixeira (2015), o atual estado das pesquisas sobre leitura no Brasil demonstra os baixos índices de competência leitora. Daí a importância de pesquisas que tornem os professores conhecedores dessa realidade, para que eles possam “[...] utilizar esses resultados no seu ambiente de trabalho, na perspectiva de promover melhorias no processo ensino-aprendizagem do aluno” (TEIXEIRA, 2015, p. 84).

Diante disso, acredita-se que o professor – e não apenas o de Língua Portuguesa – deve trabalhar com diferentes gêneros discursivos, oportunizando o máximo de textos que for possível. Dessa forma, ele estará ensinando as competências e habilidades necessárias ao processo de compreensão leitora, tornando-os conscientes do sentido e do significado da leitura para a sua vida (TEIXEIRA, 2015).

No caso dos resultados das questões de Matemática, destaca-se a dificuldade com a geometria. Pesquisas como a de Mandarino (2006) têm apontado que os professores, desde os Anos Iniciais, ao lecionarem, dão prioridade ao bloco “Números e Operações”. Dois dos descritores que apresentaram dificuldade são componentes do tema I, Espaço e Forma, o que indica a necessidade de mais trabalho com a geometria. Esse resultado corrobora outros estudos que, segundo Silva, Victer e Novikoff (2011), demonstram que a geometria é o ramo da Matemática que apresenta maior déficit de aprendizagem entre os alunos. Mota e Barbosa (2014), investigando alunos do nono ano de uma escola de Manaus-AM, igualmente concluíram que aqueles alunos “[...] apresentam sérias dificuldades em resolver problemas de geometria [...]” (MOTA; BARBOSA, 2014, p. 13). Resultados que confirmam a posição de Lobo e Bayer (2004) que, após apresentarem breve histórico do ensino da geometria no Brasil, atestam a deficiência no ensino desse conteúdo, apesar de constar do currículo oficial. Para a superação das dificuldades nesse campo, Silva, Victer e Novikoff (2011) propõem um trabalho mais intenso com o desenho geométrico, o uso de jogos e *softwares* gratuitos disponíveis na internet.

O tema III apresentou grande número de descritores cujas questões não foram resolvidas corretamente pelos alunos. Apesar de alguns conteúdos ainda não terem sido abordados pelos professores devido à série em que os alunos estavam no momento da aplicação do teste, deve-se destacar que algumas dificuldades nesta dimensão, álgebra e aritmética, já poderiam ter sido superadas. Os descritores: identificar a localização de números inteiros na reta numérica (D16); identificar a localização de números racionais na reta numérica (D17) e resolver problema com números racionais que envolvam as operações (adição, subtração, multiplicação,

divisão e potenciação) (D26) referem-se a conteúdos básicos e que estão presentes no cotidiano dos alunos. Mota e Barbosa (2014), em estudo com alunos de Amazonas, obtiveram resultado semelhante, pois estes também apresentaram “[...] dificuldades em operações matemáticas básicas o que compromete o desenvolvimento de outras habilidades também necessárias [...]” (MOTA; BARBOSA, 2014, p. 13). Silva, Victer e Novikoff (2011) sugerem que os professores proponham com mais frequência atividades que explorem as operações básicas, proporcionando aos alunos a compreensão dos significados dessas operações para além da simples memorização de regras. Na Língua Portuguesa, os alunos carecem de habilidades que envolvam compreensões mais aprofundadas para que consigam identificar o tema e a tese de um texto, estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto. Os alunos apresentaram dificuldades para resolver problemas matemáticos que envolvem principalmente os temas Espaço e Forma e as Grandezas e Medidas, como cálculos de áreas de figuras planas, volumes, identificação de propriedades dos triângulos e quadriláteros.

Considerando que a Língua Portuguesa e a Matemática constituem-se na base para a aquisição dos demais conhecimentos, as competências e habilidades desenvolvidas pelo ensino dessas disciplinas são fundamentais para a vida plena em sociedade. Por isso, a importância de a escola e de os professores estarem cientes quanto à aquisição das competências e habilidades pelos alunos. Esse conhecimento deve servir de subsídio para que o grupo de educadores possa refletir e encontrar formas de melhoria para a realidade da escola. No caso estudado, mesmo atentando para a necessidade de serem trabalhadas em sala de aula todas as competências e habilidades de forma equilibrada, contemplando assim todos os descritores que compõem a matriz de referência que norteia os testes de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb, podemos inferir que aquelas cujos resultados dos alunos apresentaram-se muito abaixo dos índices nacionais devem ter prioridade no planejamento pedagógico da escola e dos professores.

Considerações finais

A despeito das críticas, em geral justíssimas, aos sistemas de avaliação externa, como a Prova Brasil, é fato que os instrumentos e os resultados a eles vinculados já fazem parte do cotidiano escolar. Portanto, é necessária a pesquisa cada vez mais extensa e profunda dos impactos causados pelas políticas públicas que alimentam tais avaliações. A iniciativa dessa pesquisa insere-se na preocupação com o uso correto das informações fornecidas pela Prova Brasil, um dos meios que os governantes têm utilizado para aferir a qualidade da educação no país. Assim, optou-se pelo estudo com alunos dos oitavos anos e não com aqueles que estariam no nono ano, série em que a prova é aplicada. Essa decisão, diferente da maioria dos estudos sobre essa temática, objetivou apresentar a possibilidade do uso a tempo da avaliação das habilidades e competências percebidas nos alunos e, portanto, auxiliar os professores a superar as possíveis dificuldades.

Esse uso, no entanto, deve ser cuidadoso para evitar a redução da escola a uma simples preparação para o teste e não para a vida cidadã. As competências e habilidades contidas nos descritores são básicas e importantes, mas jamais podem ser encaradas como sendo a única coisa a ser ensinada na escola. Por outro lado, como afirma Esteves (2015), a Prova Brasil pode subsidiar mudanças na escola caso seus resultados sejam socializados com os professores, que devem, sempre, estar preocupados com a qualidade da formação dos alunos.

No caso específico deste estudo, verificaram-se, de maneira geral, os mesmos resultados já encontrados em outras pesquisas semelhantes, apesar de sua aplicação em série diferente de tais pesquisas. Em Língua Portuguesa, a principal dificuldade esteve localizada na compreensão de textos, ou seja, na competência leitora, que é fundamental para o bom desempenho escolar em todas as disciplinas e para a vida em sociedade. Em Matemática, a geometria e as operações básicas de aritmética e álgebra demonstraram ser as principais dificuldades dos alunos. Tais informações foram repassadas aos professores regentes das turmas dos alunos investigados. Assim esperamos que tenham sido úteis para a prática docente daqueles professores e que inspirem outros estudos semelhantes.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. In: **Est. Aval. Educ.**, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr., 2013.
- ALBERNAZ, Ângela; FERREIRA, Francisco H. G.; FRANCO, Creso. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 32, n. 3, 2002. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td455.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2014.
- ANDRADE, Renato Júdice de; SOARES, José Francisco. O Efeito da escola básica brasileira. In: **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 41, set./dez., 2008, p. 379-406. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1456/1456.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2015.
- ARAÚJO, Ivanildo Amaro de. Escolas visíveis ou invisíveis? Sentido e efeitos das avaliações externas no contexto escolar. In: **Anais do XVI Endipe**, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www2.unimep.br/endipe/2973b.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2014.
- BENEVIDES, Alesandra de Araújo; SOARES, Ricardo Brito. Bom na escola com na Prova Brasil? Evidências dos alunos das escolas públicas de Fortaleza-CE. In: **Anais do 41º Encontro Nacional de Economia**, 10 a 13 de dez. de 2013. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i12-8be38ed7148b3ea13ac9e5d0a808d76c.pdf>. Acesso em 10 mar. 2014.
- BIESTA, Gert. Boa educação na era da mensuração. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 147, set./dez., 2012, p. 808-825. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000300009>. Acesso em 10 mar. 2015.

BONAMINO, Alícia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. In: **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, abr./jun., 2012, p. 373-388. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aoep633.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Perguntas Frequentes. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/perguntas-frequentes>>. Acesso em 13 mar. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **SAEB 2001 - Novas Perspectivas**, 2002. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/SAEB/2001/Miolo_Novas_Perspectivas2001.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

DIAS, Fernando Muniz. O Pibib e a Prova Brasil: análise de questões para uma melhora dos resultados. In: **Anais da XII Semana de Letras da PUCRS**, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/XIISemanaDeLetras/arquivos/fernandadias.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2014.

ESTEVES, Flávia Varriol de Freitas Lobo. **Uma Avaliação analítica dos resultados da Prova Brasil**. 83 f. Dissertação de Mestrado – Escola Brasileira de Educação Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

FRANCO, Creso et alí. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intraescolares”. In: **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 15, n. 55, abr./jun., 2007, p. 277-298. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a07v1555.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GREMAUD, Amaury Patrick; FELICIO, Fabiana de; BIONDI, Roberta Loboda. **Indicador de efeito escola: uma metodologia para a identificação dos sucessos escolares a partir dos dados da Prova Brasil**. Brasília: INEP, 2007.

INEP. **IDEB – resultados e metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em 20 jan. 2016.

INEP. **PDE – Prova Brasil**. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf>. Acesso em 15 nov. 2015.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOBO, Joice da Silva; BAYER, Arno. O Ensino de geometria do ensino fundamental. In: **Acta Scientiae**, v. 6, n. 1, 2004, p. 19-26. Disponível: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/127/115>>. Acesso em 12 jan. 2016.

MANDARINO, Mônica Cerbella Freire. Que conteúdos da Matemática escolar professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental priorizam? In: XI Encontro Nacional de Educação Matemática, 2013, Curitiba. **Anais...**, Curitiba: PUCPR, 2013.

MOTA, D. M.; BARBOSA, I. S. Resolução de problemas: uma possibilidade para o ensino da matemática através da interdisciplinaridade. In: **Latin American Journal of Science Education**, 2014. Disponível em: <<http://www.pos.uea.edu.br/data/area/publicacoes/download/14-7.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2016.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Ates Médicas Sul, 1999.

PINTO, Marcio Alexandre Ravagnani. **A Avaliação de sistemas e a avaliação das escolas: proposições, realidades e perspectivas**. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65807>>. Acesso em 10 de fev. 2014.

RIBEIRO, Isabel Cristina, BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Prova Brasil: descritores de avaliação de Matemática. In: **EREMATSUL – Encontro Regional dos Estudantes de Matemática da Região SUL**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/erematsul/comunicacoes/17ISABELCRISTINA.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2016.

SALGADO FILHO, Alexandre Pereira; NOVI, Juliana Chiaretti. Propostas de práticas administrativo-pedagógicas que possam contribuir para o desempenho dos alunos de escolas municipais do ensino fundamental na Prova Brasil. In: **Revista Ensaio**, v. 23, n. 88, 2015. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/761>>. Acesso em 20 jan. 2016.

SILVA, Luiz Carlos Marinho da; VICTER, Eline das Flores; NOVIKOFF, Cristina. Análise do rendimento escolar de turmas de 9º ano no simulado de Matemática da Prova Brasil: um estudo exploratório na rede pública municipal de Duque de Caxias/RJ. In: **Revista Praxis**, a. 3, n. 6, ago., 2011, p. 19-28. Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/praxis/ojs/index.php/praxis/article/view/29/22>>. Acesso em 22 jan. 2016.

SOARES, Manuella; ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Paz e. Competência leitora de alunos do ensino fundamental em textos da literatura infanto-juvenil. In: **Revista Letras Raras**, v. 2, n. 1, 2013, p. 57-72. Disponível em: <<http://150.165.111.246/revistarepol/index.php/RLR/article/view/143/130>>. Acesso em 10 jan. 2016.

TEIXEIRA, Andréia. Habilidades de leitura no ensino médio: um estudo da prática docente em uma escola da rede estadual de Minas Gerais. In: **Revista Entreideias**, v. 4, n. 2, 2015, p. 43-64. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/13014/10245>>. Acesso em 11 jan. 2016.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Conferência de Jomtien, 1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em 15 de fev. 2014.

WRIGHT, Paul S.; HORN, Sandra P.; SANDERS, William L. Teacher and classroom context effects on student achievement: implications for teacher evaluation. In: **Jornal of Personnel Evaluation in Education**, n. 11, 1997, p. 57-67. Disponível em: <https://www.sas.com/govedu/edu/teacher_eval.pdf>. Acesso em 10 jul. 2015.

Artigo recebido em 26/01/2016. Aceito em 05/07/2016.